

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ARTUR GUIMARÃES JUNIOR E RAFAEL OLIVEIRA SIQUEIRA DA SILVA  
PROFESSOR-ORIENTADOR  
HAROLDO GUALTER SANTANA**

**A AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONTEXTO EDUCACIONAL  
INCLUSIVO**

Rio de Janeiro

2021.1

# A AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM CONTEXTO EDUCACIONAL INCLUSIVO

## THE PHYSICAL EDUCATION CLASS IN INCLUSIVE EDUCATIONAL CONTEXT

**Artur Guimarães Junior**

Titulação Acadêmica. Graduando do Curso de Educação Física do Centro Universitário São José.

**Rafael Oliveira Siqueira da Silva**

Titulação Acadêmica. Graduando do Curso de Educação Física do Centro Universitário São José.

**Orientador Haroldo Gualter Sant'ana**

Titulação Acadêmica: Prof. Me. em Educação Física

### RESUMO

Considerando a importância do ensino de Educação Física nas escolas para o total desenvolvimento do aluno, esse estudo buscou investigar como o ensino dessa disciplina acontece no contexto educacional inclusivo. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando pesquisas que ajudassem a compreender se as aulas de Educação Física podem trazer benefícios para os alunos com deficiência, como também conhecer as possíveis dificuldades apresentadas na elaboração de aulas inclusivas e investigar o processo de formação de professores da área de Educação Física no contexto inclusivo. Com os resultados, foi possível observar que as aulas de Educação Física podem sim trazer benefícios para os alunos com alguma deficiência, tanto no aspecto físico como no psicológico, entretanto, alguns discentes alegaram não conseguirem participar de todas as aulas. As dificuldades apresentadas pelos professores na elaboração de aulas inclusivas estavam relacionadas às suas inseguranças e falta de preparo, como também à falta de infraestrutura e materiais das escolas. Em relação à formação desses profissionais, os professores alegaram não terem disciplinas suficientes que abordem esse tema na faculdade, ou quando havia, a carga horária era muito pequena. No entanto, deve-se ressaltar que o processo de formação do professor não se deve encerrar numa disciplina, o estudante deve sempre procurar participar de congressos, projetos e outros eventos que possam trabalhar essa temática. Nesse sentido, é essencial que haja um maior investimento nas escolas para que esses alunos sejam incluídos nas salas de aulas regulares como determina a lei, para que haja maior infraestrutura e materiais para que os professores possam trabalhar. Além disso, também é necessário aumentar a oferta de disciplinas e práticas que abordem esse tema nos cursos de Educação Física, como também o interesse dos professores de estarem sempre se atualizando para conseguirem elaborar aulas que se adaptem a todos os alunos.

**Palavras-chave: educação inclusiva, educação física escolar e educação física inclusiva.**

### ABSTRACT

Considering the importance of teaching Physical Education in schools for the total development of the student, this study sought to investigate how the teaching of this discipline takes place in an inclusive educational context. To this end, a bibliographic research was carried out seeking research that would

help to understand if Physical Education classes can bring benefits to students with disabilities, as well as to know the possible difficulties presented in the elaboration of inclusive classes and to investigate the process of training teachers in Physical Education area in the inclusive context. With the results, it was possible to observe that Physical Education classes can indeed bring benefits to students with some disability, both in the physical and psychological aspects, however, some students claimed not to be able to participate in all classes. The difficulties presented by the teachers in the elaboration of inclusive classes were related to their insecurities and lack of preparation, as well as the lack of infrastructure and materials in the schools. In relation to the training of these professionals, the professors claimed that they did not have enough subjects that address this topic in college, or when there was, the workload was very small. However, it should be noted that the teacher training process should not end with a subject, the student should always seek to participate in congresses, projects and other events that can work on this theme. In this sense, it is essential that there is greater investment in schools so that these students are included in regular classrooms as required by law, so that there is greater infrastructure and materials for teachers to work with. In addition, it is also necessary to increase the offer of disciplines and practices that address this theme in Physical Education courses, as well as the interest of teachers to be always up-to-date in order to be able to develop classes that adapt to all students.

**Keywords: inclusive education, school physical education and inclusive physical education.**

## **INTRODUÇÃO:**

O ensino de Educação Física na educação básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é um componente curricular obrigatório que deve ser integrado à proposta pedagógica da escola. Nesse sentido, todos os alunos devem participar das aulas, (salvo aqueles que têm sua participação facultada de acordo com a Lei 9.394/96) inclusive as pessoas com deficiência (BRASIL, 1996). A Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO, elaborada em 1978, ressalta a importância dessa atividade no desenvolvimento de aptidões físicas e esportivas nos sistemas educativos e na vida social; e estabelece que esta deva ser oferecida, através de condições particulares adaptadas às necessidades específicas, aos jovens, às pessoas idosas e aos deficientes, permitindo o desenvolvimento integral de suas personalidades.

A educação é um direito de todos, isso inclui as pessoas com deficiência. No Brasil, no entanto, somente na década de 1990 ocorreu a inclusão de pessoas com deficiência no Sistema Regular de ensino, após um processo histórico de exclusão e segregação desta população (ALVEZ; FIORINI, 2018). Antes disso, a educação desse público seguia o modelo médico, com tratamentos e terapias e, depois, de forma segregada em instituições especializadas (REDIG, 2018).

A educação inclusiva defende a participação da pessoa com deficiência nos diferentes contextos sociais, no qual a sociedade se reestrutura para atender as demandas desta população. Além disso, na escola o aluno com deficiência deve frequentar o Sistema Regular de Ensino e receber uma educação de qualidade com o atendimento de suas necessidades educacionais. Todos os alunos devem ser aceitos, apoiados e desenvolver seus papéis no grupo, inclusive aqueles com deficiência (ALVEZ; FIORINI, 2018).

Considerando a importância das aulas de Educação Física para o desenvolvimento do aluno, é essencial a inclusão dos alunos com deficiência nessa disciplina. No entanto, algumas barreiras podem surgir dificultando a inclusão desses alunos. De acordo com Booth e Ainscow (2002, apud ALVES; FIORINI, 2018), as barreiras existentes para a aprendizagem e a participação são fatores que podem prejudicar ou limitar a aprendizagem e participação de todos os educandos nas aulas regulares, podendo estar presente na comunidade e nas políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, como também em toda escola. Essas barreiras podem aparecer durante a interação do indivíduo com o meio, onde as deficiências poderão se manifestar como barreiras de aprendizagem quando estiverem subordinadas a crenças e práticas do ambiente que restringem a função física, intelectual, e sensorial da pessoa.

Uma questão que pode acentuar essas barreiras é a capacitação dos professores em relação à educação inclusiva, como podemos observar na pesquisa de Sousa e Boato (2010) realizada com professores de Educação Física do Distrito Federal, os quais alegaram que as orientações que recebiam não eram suficientes para a elaboração de aulas inclusivas. Nessa mesma pesquisa, também foi ressaltado outro fator, a adequação das aulas dos professores para os estudantes com deficiência, na qual 43,33% destes responderam que suas aulas não eram apropriadas e 63,34% disseram que esses estudantes poderiam ser atendidos de melhor forma em turmas específicas que trabalhassem com a educação física adaptada (SOUSA, BOATO, 2010).

Embora os professores, de maneira geral, tenham uma visão otimista dos benefícios da inclusão escolar, a falta de conhecimento e de experiência, como também

o acesso precário ao laudo e às informações sobre a deficiência do aluno, espaços físicos com acessibilidade precária, são fatores que podem dificultar o processo de inclusão escolar (FIORINI; MANZINI, 2014).

Para que essas barreiras sejam superadas, é fundamental que haja a formação e capacitação continuada de professores, disponibilidade de recursos pessoais e materiais, além do planejamento pedagógico. Como também uma reestruturação da escola e da sua comunidade e alterações nas práticas escolares (ALVES: FIORINI, 2018).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar como o ensino de Educação Física acontece no contexto de educação Inclusiva, visto a relevância dessa disciplina para o desenvolvimento do aluno, especialmente aqueles que apresentam alguma deficiência. E como objetivos específicos apurar se as aulas de Educação Física podem trazer benefícios para os alunos com deficiência; conhecer as dificuldades apresentadas na elaboração de aulas de maneira inclusiva; investigar o processo de formação de professores da área de Educação Física no contexto educacional inclusivo.

Esse trabalho segue os preceitos metodológicos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a qual é desenvolvida, segundo Gil (2008), a partir de materiais já construídos, como livros e artigos científicos.

Como procedimento metodológico, buscou-se, por meio do exame de literatura especializada, da legislação vigente e de trabalhos científicos que abordam a temática de educação especial e inclusiva, ampliar a compreensão sobre o tema.

Foi realizado um estudo sobre a conceituação e o histórico da educação inclusiva dos indivíduos com necessidades especiais no Brasil. Como também, a busca de artigos que relacionam a Educação Física dentro do contexto inclusivo da educação.

Foi feita uma pesquisa sobre a evolução do tratamento do Estado Brasileiro para com pessoas com necessidades especiais, no que tange à legislação, às políticas públicas implementadas e à promoção da educação especial e inclusiva.

Com base na literatura sobre o tema, foram buscadas orientações e soluções viáveis, baseadas em estudos anteriores, para proporcionar uma aula de Educação Inclusiva para os educandos com algum tipo de deficiência.

A busca bibliográfica para o enriquecimento deste artigo, veio através dos sites de busca “Google acadêmico” em <https://scholar.google.com.br/> e “Scielo” em [SciELO.org](http://SciELO.org), as palavras chaves utilizadas foram: “educação física inclusiva”, “benefícios da educação física para alunos com deficiência”, “educação especial”, “educação física escolar”.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A educação voltada às pessoas com deficiência foi construída separadamente da educação oferecida à população sem deficiência. Tal fato ocorreu não só no Brasil, como também em países da Europa e da América em geral. Desse modo, a educação especial estabeleceu-se como um campo de atuação próprio, sem diálogo com a educação comum em muitos casos. Com essa separação criou-se um sistema paralelo de ensino, no qual o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos demais alunos (KASSAR, 2011).

No Brasil, até meados da década de 1970 a Educação Especial seguia o modelo médico, no qual a pessoa com deficiência recebia tratamentos clínicos em instituições especializadas. Nesse modelo, o trabalho nas instituições era feito em terapias individuais com ênfase clínica pouco voltada para o aprendizado acadêmico (REDIG, 2018).

Ainda na década de 1970, houve uma mudança política, filosófica e conceitual sobre a concepção de atendimentos e serviços da Educação Especial, procurando ofertar à pessoa com deficiência maior envolvimento com as práticas educacionais. Isso resultou na propagação de classes especiais em escolas comuns, sob a égide do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) (REDIG, 2018).

Nesse contexto, no âmbito educacional foi criada a política da Integração, que recomendava a inserção dos alunos com deficiência no ambiente escolar com menor restrição possível. Desse modo, esses alunos eram preparados nas classes e escolas especiais para serem integrados nas turmas comuns. As escolas também passaram a

ofertar diferentes opções de escolarização para alunos com deficiência e outras necessidades especiais. Para os estudantes com deficiências incluídos em turmas comuns, foram criadas salas de recursos com atendimento especializado, que eram frequentadas no contraturno. (REDIG, 2018).

Após críticas a esse modelo de Integração, surgiu a política de Educação Inclusiva. Nessa proposta há a preconização da inclusão de todos os alunos nas classes comuns, independente de suas limitações intelectuais, físicas, sensoriais e do desenvolvimento. Essa proposta tem como princípio uma escola que deve se preparar para lidar com a diversidade dos educandos, acolhendo os estudantes com necessidades educacionais especiais, em uma pedagogia voltada para o aluno, com suportes adequados para que ele se desenvolva, de acordo com os preceitos da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Em relação a legislação brasileira acerca da educação especial, segundo Corrêa (2010), do fim da década de cinquenta ao início dos anos noventa foi marcada por incoerências entre os princípios definidos pelos textos legais e as propostas consubstanciadas nos planos oficiais devido à ausência de um Plano Nacional de Educação Especial.

No século XX, a LDBEN, o primeiro documento oficial do governo federal, Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, previu, em seu Artigo 9º, que alunos com deficiências físicas ou mentais e alunos superdotados deveriam receber tratamento especial, conforme as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Em seus artigos 58, 59 e 60, a Declaração de Salamanca faz referência à Educação Especial, como também a orientações gerais às instituições de ensino e às organizações envolvidas, que influenciou a promulgação, em 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 2001, estabeleceu o desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, em parceria com as áreas da saúde e da assistência social, com o intuito de aumentar a oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos; realizar ações preventivas as áreas visual e auditiva até a generalização do

atendimento aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental; como também proporcionar educação continuada aos professores que estão em exercício, além da formação em instituições de ensino superior (BRASIL, 2001).

O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, ao regulamentar a Lei nº 10.436, de 21 de abril de 2002, confirma o ensino da Linguagem Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória na graduação e o ensino de língua portuguesa como segunda língua para os surdos no ensino regular (BRASIL, 2005).

Em 24 de abril de 2007 o Decreto nº 6.094 foi promulgado, que implementava o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cuja finalidade era de formar docentes para a educação especial básica, implantar salas de recursos multifuncionais e promover acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares (BRASIL, 2007).

Em 2008, o Ministério da Educação publicou o Plano Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva, que objetivou possibilitar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino a promoverem respostas às necessidades educacionais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

A educação especial, o atendimento especializado e a inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino foi garantida pelo Decreto nº 7.611, promulgado em 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, foi promulgada recentemente, em 6 de julho de 2015, visando pormenorizar os direitos das pessoas com deficiência. Na educação, esta lei consolida o ensino no ordenamento jurídico e serve de parâmetro em relação ao que o Estado espera das instituições de ensino e órgãos de apoio à educação (BRASIL, 2015).

No que diz respeito às aulas de Educação Física, a educação inclusiva gera anseios e questionamentos por parte dos professores diante do desafio de elaborar atividades que possam contemplar estudantes com condições específicas (GREGOL, MALAGODI, CARRARO, 2018).

A Educação Física esteve à margem das discussões sobre o movimento de inclusão, presentes no Brasil desde a década de 1990. Mesmo que muitas crianças

com deficiência consigam ter acesso ao ensino regular, em alguns casos são dispensadas das aulas de Educação Física, geralmente pela insegurança do próprio professor. Tal atitude deve ser mudada, pois a Educação Física na escola é um direito do aluno e não uma disciplina facultativa. Destaca-se também a questão da formação dos professores dessa disciplina, pois, por muitas vezes, estes não recebem informações sobre as deficiências apresentadas pelos alunos, assim como suas reais limitações e possibilidades (RODRIGUES, 2003).

## **A AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO INCLUSIVO**

O acesso ao processo de ensino-aprendizagem e participação nas aulas de Educação Física, dentro do movimento inclusivo, deve ser acessível a todos os educandos. As aulas dessa disciplina devem ser planejadas e estruturadas de forma a remover as possíveis barreiras de aprendizagem promovendo a participação de todos. O conceito de inclusão nas aulas de Educação Física engloba a prática conjunta de um currículo único para todos os estudantes. Nesse sentido, os professores devem estruturar adaptações de acordo com as necessidades do aluno (ALVES; FIORINI, 2018).

Dentro desse contexto, é possível o professor de Educação Física realizar suas aulas de forma inclusiva? Além disso, essas aulas podem trazer algum benefício para os alunos com deficiências? As instituições de ensino superior de Educação Física conseguem preparar futuros profissionais que consigam lidar com essas questões? É fundamental responder a essas perguntas para nortear medidas que possam ser tomadas para resolver essa questão que já é uma realidade nas escolas do Brasil.

### **Benefícios da aula de Educação Física para alunos com deficiência**

Um estudo feito por Nacif et al. (2016) com 20 alunos portadores de deficiência física matriculados em escolas regulares de Minas Gerais, buscou saber, através de um questionário, a percepção desses alunos em relação a Educação Física escolar. Como resultados, apenas dois alunos disseram não gostar dessas aulas. Em relação às melhorias da qualidade de vida através da Educação Física escolar, todos os alunos foram a favor das aulas. Tendo como aspectos principais mencionados a interação social e o desenvolvimento físico e psicológico. No que se refere às dificuldades nas aulas de Educação Física, cinco alunos destacaram sua deficiência como fator dificultador e sete apontaram não ter dificuldades para participar dessas aulas.

Nacif et al. (2016) destacam que, sob o ponto de vista dos alunos dessa pesquisa, houve melhoras consideráveis em sua qualidade de vida através da Educação Física escolar. E ressaltam também, a importância dos professores continuarem se capacitando para atender estes alunos cada vez melhor. No que diz respeito às dificuldades apresentadas pelos alunos por suas deficiências, os autores reforçam que os professores devem se atentar às necessidades dos seus alunos e incentivar cada vez mais que eles participem das aulas.

Outra pesquisa, realizada por Gorgatti (2005), avaliou a aptidão física e a percepção sobre as aulas de Educação Física de 24 alunos cegos (12 de escolas regulares e 12 de uma escola especial de São Paulo). Quanto aos componentes de aptidão física, os resultados mostraram que em todas as variáveis, com exceção da flexibilidade, os adolescentes da escola especial tiveram resultados superiores aos dos alunos das escolas regulares. No entanto, foi verificado, com exceção da variável velocidade, que os alunos das escolas regulares também melhoraram de forma significativa seu desempenho nos testes de aptidão física ao longo do tempo. Em relação ao conceito dos alunos cegos sobre a disciplina de Educação Física e sua importância dentro e fora da escola, os adolescentes da escola especial a relacionaram de forma mais frequente com a saúde e ao convívio social, enquanto aqueles das escolas regulares a relacionaram mais fortemente à prática esportiva. Todos os alunos da escola especial perceberam a importância da disciplina de Educação Física dentro e fora da escola, no entanto, os alunos das escolas regulares não tiveram a mesma

percepção, alegando que, na maioria das vezes, nem participavam das atividades propostas.

Gorgatti (2005) conclui que, mesmo com os resultados apresentados em sua pesquisa, não se pode negar que a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas regulares não seja vantajosa. E que, se for bem planejada dentro da legislação, a inclusão pode ser benéfica para todos os alunos, pois prepara de forma mais efetiva as pessoas para a convivência em sociedade.

De acordo com os resultados obtidos, os estudos feitos por Nacif et al. (2016) e Gorgatti (2005) mostraram que a prática de Educação Física nas escolas pode trazer benefícios para alunos com deficiência, tanto no aspecto social e psicológico, como no âmbito físico. No entanto, apareceram algumas dificuldades, nos quais alguns alunos relataram não conseguir participar de todas as aulas e também apresentaram suas deficiências como um fator dificultador. Portanto, da mesma maneira que Alves e Fiorini (2018) destacaram, é necessária a melhoria na capacitação dos professores para atender esse público, como também a melhoria do espaço escolar para que essas barreiras sejam superadas e esses alunos consigam ser incluídos da melhor forma possível.

### **Dificuldades apresentadas na elaboração de aulas de maneira inclusiva**

Fiorini e Manzini (2016) realizaram uma pesquisa objetivando identificar as situações de dificuldade e as situações de sucesso de dois professores de Educação Física em turmas regulares com alunos portadores de deficiência e alunos com autismo no Estado de São Paulo. Para tal, foram realizadas filmagens de 12 aulas de P1 e 16 aulas de P2 (P1 e P2 foram as siglas utilizadas para identificar os professores). Com os resultados, os autores concluíram que os dois professores encontraram dificuldades para criar condições favoráveis à inclusão desses alunos, seja em função das estratégias de ensino, dos recursos pedagógicos, da seleção de conteúdos, da presença da professora de sala ou da falta de ações propositivas em relação à

inclusão. No entanto, apesar das dificuldades, também foram vivenciadas inúmeras situações de sucesso nas aulas de Educação Física.

Os autores Fiorini e Manzini (2016) também destacaram que além de sucessos e dificuldades, a prática dos professores de Educação Física em turmas regulares com alunos com deficiência e alunos com autismo mostrou três aspectos que embasavam o desenvolvimento das aulas:

1) o perfil e as experiências prévias de cada professor; 2) o tipo de deficiência ou de transtorno e o conhecimento sobre eles, e 3) a empatia professor - aluno e aluno - aula de Educação Física, sendo que o contexto e a dinâmica das aulas foram mais favoráveis à inclusão quando o professor "olhava" para o aluno com deficiência ou com transtorno e "enxergava" possibilidades e capacidades, ao invés de focar na limitação e, quando o próprio aluno apresentava interesse pelas aulas e motivação em participar (FIORINI, MANZINI, p. 61, 2016).

Em outro estudo, Bezerra (2010) analisou as estratégias utilizadas por quatro professores de Educação Física que possuíam alunos com deficiência matriculados em suas aulas, em quatro escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de São Luís - Ma. Como instrumento de pesquisa, foi utilizado registro em vídeo digital, com três coletas em tempo médio de 15 minutos por escola. Com os resultados obtidos, o autor concluiu que o professor de Educação Física foi o agente primordial no processo de ensino, apontando para a exclusão ou para a inclusão dos alunos diferentes na atividade. O autor também apontou que o ensino caminhou em uma direção inclusiva nas aulas que as estratégias de ensino foram planejadas de forma a realizar práticas motoras respeitando a individualidade, mas reforçando as relações coletivas.

O apelo para atividades em grupo só caminharam numa direção inclusiva, quando as atividades de estrutura competitiva tiveram sua estrutura invertida estrategicamente, de forma a oportunizar a todos os alunos da sala uma participação efetiva na construção da cultura corporal de movimentos de cada personagem da sala (BEZERRA, p.99, 2010).

Bezerra (2010) também aponta, que as aulas de Educação Física que se direcionaram no caminho da exclusão foram as aulas em que os professores não levaram em consideração as diversidades.

Nessas aulas, o conteúdo esporte se sobressaiu, com as atividades que premiaram a competição exacerbada, os alunos mais habilidosos, e ignoraram as expectativas que os alunos fizeram durante a prática. Essas expectativas frustradas estavam presentes quando, no adotar de estratégias de ensino excludentes, os alunos com deficiência buscavam refúgio imediato para se proteger da exclusão nas laterais dos espaços de aula (BEZERRA, p.99, 2010).

Em relação a elaboração de aulas de maneira inclusiva, Fiorini e Manzini (2016) e Bezerra (2010) apontaram em seus estudos que os professores tiveram dificuldades no planejamento dessas aulas. Além disso, Bezerra (2010) destacou que o sucesso ou o fracasso da aula em seu estudo dependeu primordialmente da atuação do professor. Gregol, Malagodi e Carraro (2018) destacam que os professores se sentem ansiosos com o desafio de elaborar aulas que sejam inclusivas diante da diversidade de deficiências que os estudantes possam apresentar. O que reforça a importância da formação continuada dos professores, além do interesse por parte destes de sempre estarem atualizados e buscarem novas maneiras que possam integrar seus alunos, atendendo suas especificidades.

Esses estudos apontam a importância da elaboração da aula de Educação Física para que esta ocorra de maneira inclusiva. É fundamental que haja um planejamento e preparo das aulas pensando na inclusão dos alunos com deficiência, buscando atividades em que todos possam participar de maneira efetiva. No entanto, nem todos os professores se sentem preparados para lidar com as especificidades de cada deficiência dos alunos. Com isso, destaca-se novamente a importância da formação continuada dos professores e também sua capacitação para atender esses alunos da melhor maneira possível.

### **A Formação de professores da área de Educação Física no contexto educacional inclusivo**

Em sua pesquisa, Pinto (2016), verificou como foi a graduação da turma formada no primeiro semestre de 2015 em licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense - RJ, referente a abordagem da Educação Física para as pessoas com deficiências. Para tal, a autora realizou entrevistas semi-estruturadas com cinco

egressos do curso. Em suas respostas, os egressos afirmaram não ter uma disciplina obrigatória referente a essa temática, mas que puderam vivenciar a educação inclusiva de outras formas, em uma disciplina onde eles escolhiam qual tema iriam estudar, ou até mesmo no estágio.

Com os resultados, Pinto (2016) verificou que há uma necessidade de existir uma disciplina obrigatória que aborde esse tema. Entretanto, ela ressalta que, diante da fala dos egressos, existe a possibilidade da oferta de matérias e projetos que abordem a questão da formação para trabalhar com pessoas portadoras de deficiências. A autora aponta que uma formação ampla não se deve encerrar em uma disciplina, ela deve ir além, com a busca individual dos alunos por conteúdos que a área de conhecimento da Educação Física oferece, com a participação de projetos, congressos, disciplinas optativas, tudo que possa contribuir com as eventuais lacunas que o curso possa apresentar.

Neves (2015) analisou em seu estudo a capacitação de 40 professores de Educação Física que atuam em Brasília para trabalhar com alunos portadores de deficiências. Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário composto por 10 perguntas fechadas. De acordo com os resultados obtidos, 68% dos professores responderam que a carga horária da disciplina Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) era insuficiente. Outro dado aponta que 35% dos entrevistados recém-formados declararam não se sentir preparados para adaptar as aulas aos alunos com deficiência na escola. Todavia, 65% dos participantes responderam estar habilitados para adaptar as aulas aos alunos com deficiência.

Neves (2015) conclui que para os professores do seu estudo, um dos principais problemas é a carga horária ser limitada, trazendo prejuízo para a formação dos professores, que vivenciam muito pouco a parte prática e teórica dessa temática, acarretando numa péssima atuação inclusiva.

Podemos perceber que a formação dos professores é um fator crucial para que esse profissional possa estar preparado para elaboração de uma aula inclusiva. Pinto (2016) e Neves (2015) trouxeram em suas pesquisas como foi a formação de alguns professores em relação à educação inclusiva. Em seus resultados, viram que esses profissionais se queixavam de não ter disciplinas e práticas suficientes que abrangiam

esse tema em suas formações. Somado ao fato de boa parte destes não se sentirem preparados para adaptar suas aulas de maneira inclusiva. Nesse contexto, Fiorini e Manzini (2014) ressaltam que mesmo que os professores tenham uma visão otimista dos benefícios da inclusão escolar, fatores como a falta de experiência e conhecimento, além das condições precárias dos espaços físicos podem dificultar o processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Diante desses estudos é possível notar a importância da formação dos professores de Educação Física para a atuação em turmas com alunos com deficiências. Além da carência de disciplinas que abordem esse tema, existe também a carência de experiências práticas para que os futuros professores possam vivenciar uma aula com esses alunos. Vale ressaltar que a formação dos professores é um processo contínuo, não se encerrando na conclusão do curso, cabendo ao docente buscar sempre estar atualizado, interessado em trazer alternativas para incluir e atender as diferentes especificidades que cada deficiência possa ter.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação é um direito de todo cidadão, independente da cor, religião ou condicionamento físico, direito que é garantido por lei no Brasil (BRASIL, 1996). Assim como o ensino de Educação Física, no qual todo indivíduo, inclusive os alunos com deficiências, também tem seu direito assegurado.

Nesse sentido, diante da evolução que a legislação brasileira teve acerca do acesso da pessoa com deficiência ao sistema regular de ensino, especialmente do ensino de Educação Física, nos questionamos se esses alunos estão realmente incluídos, ou seja, se eles conseguem participar das aulas de maneira efetiva, se estas trazem algum tipo de benefício para suas formações. Além disso, nos perguntamos como os professores têm lidado com esse alunado, e como sua formação e capacitação influenciam em suas práticas docentes na hora de incluir esses discentes em salas de aula regulares.

O ensino de Educação Física é crucial para o desenvolvimento do aluno, tanto de forma física como também psicológica. Dessa forma, é crucial que os professores estejam preparados para elaborar aulas que possam abranger as especificidades de todos os alunos. Mas para isso, esses profissionais precisam ter uma formação que os preparem efetivamente, com mais disciplinas e mais carga horária de práticas que abordem a temática de inclusão dos alunos com deficiência. Além disso, as escolas precisam ter materiais e espaço físico que possibilitem a inclusão desses estudantes e fornecer aos professores todas as limitações que esses alunos possam apresentar. Dessa forma, ficou claro que é necessário um investimento maior por parte do governo para que esses alunos possam ser incluídos de fato, como também o interesse dos professores de estarem sempre se atualizando para elaborarem aulas que se adaptem a esses alunos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. L. T; FIORINI, M. L. S. Como promover a inclusão nas aulas de educação física? A adaptação como caminho. **Revista Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.** Marília, 19, n.1, p. 03-16, jan-jun, 2018.
- BEZERRA, A. F. S. **Estratégias para o ensino inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de educação física.** 2010. 108f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
- BRASIL. **Lei 5.962, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

- \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 16 de julho de 2015.** Lei brasileira de inclusão de pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, DF, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.
  
- CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial. Volume 1. Módulos 1 a 4.** CEDERJ, 2010.
- FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de Educação Física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014.
- FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Dificuldades e sucessos de professores de Educação Física em relação à inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, v. 22, n. 1, p. 49-64, 2016.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GORGATTI, M. G. **Educação física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores.** 2005. 173f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

- GREGUOL, M.; MALAGODI, B.; CARRARO, A. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 24, n. 1, p. 33-44, 2018.
- KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios na implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul-set, 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008.
- NACIF, M.F.P. et al. Educação física escolar: percepções do aluno com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.22, n.1, p.111-124, 2016.
- NEVES, S. D. **A Capacitação do professor de Educação Física para o Ensino Inclusivo**. 2015. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2015.
- PINTO, D. F. **Educação Física e as pessoas com deficiências: um olhar sobre a formação de alunos egressos do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense**. 2016. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) - Curso Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.
- REDIG, A. S. **Aperfeiçoamento em Educação Inclusiva Para professores da Educação Básica**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.
- RODRIGUES, D. A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**. Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 2003.

- SOUZA, G. K. P.; BOATO, E. M. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. **Educação Física em Revista**. Taguatinga, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2010.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. 1994.